



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007090-25.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **ADRIANO ROBERTO ALBINO**
Requerido: **RONIELI DE LIMA ALVES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos em que o conduzido pelo réu abalroou o do autor ao efetuar manobra de conversão para adentrar em via pública "muito aberta".

O réu em audiência reconheceu sua culpa pelo evento, limitando-se a assentar que um orçamento que realizou apresentou valor inferior ao postulado.

Tais elementos bastam ao acolhimento da pretensão deduzida, porquanto a responsabilidade do réu – admitida por ele próprio em audiência – é incontroversa.

Já o argumento expendido pelo réu quanto ao valor do reparo não vinga à míngua de um indício sequer que ao menos lhe conferisse verossimilhança.

Nesse sentido, o réu nada amealhou para comprovar o que no particular asseverou, deixando claro também que não desejava o alargamento da dilação probatória (fl. 15).

Inexistem, portanto, elementos minimamente sólidos que se contraponham aos documentos apresentados pelo autor a propósito dos danos em seu veículo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.690,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2014 (época do orçamento de fl. 02), e de juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**